

Veja

13/7/1977

Entre dois interesses

"Esses pernambucanos são como o lagarto verde, um bicho que só sabe viver em terra ruim. Se a gente pegar um lagarto verde e colocar numa horta com as mais belas alfaces, ele não fica, vai embora." (João Marchesi Neto, usineiro paulista)

Sem concordar com a comparação, a Polícia Federal resolver recentemente investigar o recrutamento de trabalhadores rurais na Zona da Mata de Pernambuco que, levados para o sul do país sob promessas de trabalho abundante e ganhos altos, regressam desiludidos e mais pobres às suas cidades de origem. Tal iniciativa — praticamente inédita, pois apesar de enquadrado no Código Penal esse tipo de operação tornou-se tradicional nas regiões mais desvalidas do nordeste — provocou o primeiro incidente há algumas semanas na cidade de Palmares, a 122 quilômetros do Recife. De saída, envolveu João Marchesi Neto, 34 anos, herdeiro não apenas do nome mas do vasto império (fazendas de gado e café e três usinas de açúcar no interior de São Paulo e de Minas Gerais) erguido pelo avô, o velho imigrante italiano João Marchesi, hoje com 91 anos.

Quando quatro ônibus do Rápido Transilva, ostentando uma licença de turismo fornecida pela Embratur, preparavam-se para embarcar os últimos 160 trabalhadores de um grupo de 360 recrutado para as usinas de Marchesi Neto, a polícia entrou em ação, a pedido da Delegacia Regional do Trabalho — e apreendeu os veículos. Um telefonema, porém, resolveria quietamente a questão. "Falamos com um amigo nosso lá em Pernambuco", disse Nevio Castro, conhecido como "Barroso" e encarregado da mão-de-obra nas usinas da família Marchesi. "O usineiro José Peres interveio a nosso favor e os ônibus foram liberados." Segundo Castro, a operação não poderia ser enquadrada como ilegal. "Não há aliciamento, mas oferta de trabalho", argumenta ele.

Caso de polícia — Por que, de qualquer forma, os trabalhadores regressam algum tempo depois? Marchesi Neto acredita que está na teoria do lagarto verde a explicação para o abandono de suas plantações de cana-de-açúcar pelos volantes que mandou vir de Pernambuco há algum tempo. "Eles voltaram porque não se adaptaram ao trabalho, ao clima e à alimentação", afirmou ele a Tânia Mendes, de VEJA. Em todo caso, ele não está mais disposto a tocar e ampliar a produção de suas usinas com mão-de-obra recrutada diretamente no nordeste — algo que, efetivamente, pode dar problemas. De fato, após ser largamente admitido, o aliciamento de trabalhadores ameaça virar caso de polícia e os responsáveis poderão ser condenados a penas de dois meses a um ano de cadeia.

O surpreendente é que a anunciada intenção de se coibir casos de aliciamento foi consequência de um protesto do Sindicato dos Cultivadores de Cana de Pernambuco, que acabou mobilizando a polícia e a Delegacia Regional do Trabalho — e não dos relatos dos desenganados volantes que regressaram à Zona da Mata. "A emigração de trabalhadores rurais para o sul do país, se não for contida, poderá causar imensos prejuízos à economia do Estado", advertiu a Ricardo Noblat, de VEJA em Recife, o secretário do sindicato, Alarico Bezerra, de 32 anos. "Já emigraram cerca de 600 homens que, cortando duas toneladas de cana por dia, numa safra de 200 dias, representam 240 mil toneladas a menos na produção de Pernambuco — uma evasão de 11 milhões de cruzeiros em termos de recolhimento de Imposto sobre Circulação de Mercadorias."

Para Marchesi Neto, os usineiros pernambucanos não estariam, com essas queixas, mostrando os reais motivos de sua oposição. "Imagino que para eles não é bom negócio deixar o pessoal vir para São Paulo, onde as condições sociais de trabalho são boas", diz o usineiro

paulista. "Quando voltarem a suas regiões, exigirão as mesmas regalias." Tal análise é rejeitada em Pernambuco, onde se comenta que o incidente de Palmares foi provocado apenas para assustar um pouco os aliciadores do sul, pois não ocorreram outras iniciativas policiais depois — e a desistência do usineiro paulista seria uma primeira vitória exemplar.

No desconhecido — No que se refere aos problemas de evasão de mão-de-obra, por outro lado, as previsões do secretário do sindicato pernambucano podem estar sendo exageradamente pessimistas. Não apenas os canaviais de Pernambuco continuarão a produzir independentemente da presença de algumas centenas de trabalhadores, como falta de mão-de-obra nunca chegou a ser um problema real para os usineiros da Zona da Mata. Em Palmares, as estatísticas mais recentes indicam que de cada 100 homens aptos para o trabalho apenas 25 possuem emprego. Assim, insiste-se em São Paulo, a razão mais provável seria o temor dos usineiros pernambucanos quanto às exigências de melhoria de condições de trabalho feitas pelos que voltam do sul, e apontadas por Marchesi Neto.

De fato, ao sul da Zona da Mata, onde está Palmares, as perspectivas de vida continuam sendo desoladoras. Somente 1% das habitações está ligada à rede geral de saneamento básico. O índice de analfabetismo é de 70% e em 1974, de cada 1 000 crianças que nasciam, 200 morriam antes de completar um ano de vida. No município de Água Preta, 85% da população sofrem de subnutrição. Por isso, não é de surpreender a observação de um usineiro local, José Regis Lessa, de 55 anos. "Os volantes trabalham o suficiente apenas para não morrer de fome", diz ele. "Não tem ambições, não pensam em melhorar de vida."

Para Helena Pereira, de 18 anos, cortadora de cana no Engenho Campina, perto de Palmares, isso seria natural: "Por que a gente vai se esforçar para produzir tanto se a paga é pequena de toda forma e a vida continua ruim?", pergunta ela. Este fatalismo, segundo a pesquisadora Rejane Medeiros, de 27 anos, do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, seria o responsável pelas migrações. "Percebendo a extrema pobreza em que vivem", afirma ela, "apostam no desconhecido que é São Paulo, até porque acreditam que lá não poderá ser pior do que aqui."

Carteiras retidas — No sul entretanto, eles podem não encontrar os benefícios prometidos pelos corretores de mão-de-obra. "Manoel Gomes da Silva, um dos aliciadores", diz o delegado de Palmares, Eneolino Magalhães Lira, de 33 anos, "prometeu, sem cumprir depois, que todos ganhariam mais, teriam casa para morar, carteira assinada e assistência médica gratuita." Marchesi Neto reconhece o problema — e afirma que ele e os trabalhadores foram enganados por Silva e por seu amigo Amaro Antonio Barbosa. Os dois teriam prometido regalias inexistentes para convencer os pernambucanos a irem trabalhar em São Paulo, pois quantos mais viessem, mais eles ganhariam, já que cobram dois cruzeiros de comissão dos 23 que cada volante recebe por tonelada de cana cortada.

Algumas acusações, porém, escapam ao âmbito dos dois aliciadores, como pode ser observado na delegacia de Pontal, a 350 quilômetros de São Paulo, onde fica uma das usinas de Marchesi Neto. "Recebo muitas queixas por aqui", diz o delegado Antonio Carlos dos Santos, de 34 anos, "mas encaminho todas à Justiça do Trabalho." Uma das queixas mais repetidas é contra o pagamento integral do trabalho apenas no fim da safra, como forma de evitar o retorno dos trabalhadores às regiões de origem ou mesmo a transferência para usinas que ofereçam salários melhores.

"Lá em Palmares prometeram 23 cruzeiros por tonelada cortada", queixa-se o pernambucano Sebastião José dos Santos, "mas o caso é que acabo recebendo só 18 porque dois ficam com o turmeiro e três a gente só ganha no fim da safra. Se o cortador for embora antes, perde a diferença." Outro costume para evitar a evasão, é reter a carteira de trabalho, prática utilizada

igualmente pelos aliciadores de mão-de-obra. Manoel Gomes da Silva, por exemplo, desapareceu da região com mais de 200 carteiras de trabalho.

Quem ganhou? — Os proprietários paulistas não negam a busca de mão-de-obra no nordeste — e, por sua vez, queixam-se do que consideram ser empecilhos à oferta de trabalho. "Só falta exigir em passaporte para que os volantes passem de um Estado para outro", desabafa Marchesi Neto. "Estão querendo prejudicar os usineiros paulistas", acrescenta Barroso. "Isso é coisa de comunista."

Para eles, o problema de mão-de-obra ocorre justamente em São Paulo e em Minas Gerais. As usinas paulistas são atualmente responsáveis pela metade do açúcar produzido no país, que deverá estar preparado para a fabricação de 3 milhões de litros de álcool em 1980. Neste mesmo ano, espera-se uma safra de 10 milhões de toneladas de açúcar, 40% dela para exportação. Para atender a estas necessidades, as usinas precisam aumentar sua produção — e, conseqüentemente, ampliar o número de empregados, pois apenas 29% do trabalho pode ser feito por máquinas.

Neste ponto, segundo Marchesi Neto, surgiu um problema. "Pensei que com a retração do crédito às obras civis, iríamos ter bastante mão-de-obra", diz ele. "Mas os trabalhadores, acostumados à enxada e às obras de construção, não se adaptaram, porque cortar cana é uma ciência, exige muita prática." Recrutar os volantes do nordeste foi uma solução até surgir o problema com a polícia, que, para os paulistas, foi decorrência de uma baixa intriga dos usineiros pernambucanos. "Por que a fiscalização não está caindo em cima do pessoal que vem de Minas Gerais?", pergunta Marchesi Neto. "Mesmo assim, afirmo e reafirmo, é a primeira e última vez que faço isso." Uma vitória dos usineiros pernambucanos? Talvez. É possível, contudo, que se esteja começando a assistir uma mais efetiva aplicação do Código Penal no mercado de trabalho.

(Páginas 20 e 21)